

CORPO-TERRITÓRIO EM VIVÊNCIA ACADÊMICA INDÍGENA¹

Joelma Boaventura da Silva -UNEB/ UFMS²

Antônio Hilário Aguilera Urquiza -UFMS

RESUMO

O presente trabalho resulta de pesquisa intitulada “Corpo-território em vivência acadêmica face ao processo de territorialização - reterritorialização indígena”, em andamento, junto ao Programa de Antropologia Social – PPGAS da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS. O tema parte da percepção de corpos indígenas desterritorializados nas universidades, pois os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP mostram que “o total de alunos indígenas na faculdade foi de 9.764 em 2011 para 46.252 em 2021, o que representa um salto de quase 374%” (Dias, 2023). Objetiva-se discutir sobre os processos de territorialização e reterritorialização de discentes indígenas (corpo) em seus contextos universitários (território) em consonância com os conceitos de vivência e a permanência acadêmicas. A metodologia contempla uma abordagem qualitativa que permite abordar os processos de territorialização indígena no ambiente universitário. Trata-se de um texto com perspectiva interdisciplinar articulando elementos antropológicos com educacionais, filosóficos e geográficos, associada aos procedimentos de revisão de literatura. Os conceitos basilares desse artigo estão dispostos a seguir. O primeiro deles é a etnogênese, pensada enquanto surgimento recente de povos considerados originários (Lifschitz, 2011); “reterritorialização” ou ainda como uma estratégia de sobrevivência, de recriação das tradições, principalmente, na região Nordeste e no sul da região Norte (Luciano, 2006). Um segundo conceito é o processo de territorialização – desterritorialização- reterritorialização – TDR, considerando a amplitude da conceituação de território, e tomando o pensamento de Deleuze; Guattari (1995) do movimento sobre os territórios. O terceiro conceito chave é povos originários, em caráter transversal, a partir de marcadores ideológicos, históricos e semânticos, considerando os elementos de pertencimento, culturais e cosmovisionários das diversas etnias que habitam o Brasil (Silva, 2024). A educação superior indígena – ESI é o *locus* da abordagem no contexto de população indígena urbana (Aguilera Urquiza; Nascimento, Brand, 2010; Bergamaschi, 2013). O Corpo-território baseado em Costa (2010) e Lago; Silva; Reis (2023) reflete diretamente na discussão sobre vivência acadêmica em interface com permanência (Silva, 2024; Sampaio, 2010; Husserl, 1975). Salienta-se que a permanência está ancorada na política de assistência estudantil e em iniciativas institucionais. A vivência, devido a seu caráter mais dinâmico e subjetivo, necessita de mais estudo e proposições que contribuam para sua efetivação.

Palavras -chave: Educação superior indígena; Corpo -território; Vivência acadêmica.

¹ Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026).

² O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS/MEC - Brasil

1.INTRODUÇÃO

Entendendo-se que há um crescente acesso de grupos vulneráveis à universidade, e que entre eles, existem demandas específicas e camadas de vulnerabilidades distintas, destaca-se que os membros de comunidades indígenas enfrentam desafios próprios e apropriados para suas vivências acadêmicas em correspondência com a permanência na educação superior.

Parte-se da concepção de que a permanência de acadêmicos indígenas na universidade seja de suma importância e corrobora para a vivência universitária em termos de justiça social e de formação efetiva.

Semanticamente, o termo permanência apresenta uma perspectiva de constância e continuidade, chegando-se à condição ou qualidade de persistente. Tal perspectiva está presente na política nacional de assistência estudantil, aplicável às instituições federais de ensino superior. A vivência acadêmica, no entanto, baseia-se em três pilares: intencionalidade, consciência e temporalidade (Husserl, 1975, 2013; Dilthey, 1944; Silva 2024). Desta maneira reflete-se que os acadêmicos indígenas adentram à Educação Superior com intencionalidade de partilhar saberes e apoderar-se de conhecimento do colonizador. Essa intencionalidade é precedida da consciência de mudança de suas comunidades para o espaço universitário, implicando, assim, numa desterritorialização. Por fim, esses acadêmicos tem uma temporalidade, que corresponde à duração do curso de nível superior.

Argumenta-se que a permanência tem um conteúdo formal, garantidor de condições, especialmente, econômicas e estruturais para a vivência acadêmica. Ela é o reflexo da ação estatal ou institucional no sentido de evitar a evasão. A vivência acadêmica tem um caráter substancial, repleta de significados existenciais (Guattari; Rolnik, 1996) e coletivos, reiterando o processo formativo.

É nesse contexto, rico, porém desafiador, que o presente artigo pretende analisar de que forma se realizam os processos de territorialização e reterritorialização de corpos indígenas desterritorializados no ambiente universitário em contexto urbano.

A estrutura do artigo contém três seções, a saber: a primeira, apresenta os conceitos basilares. Na segunda, relaciona-se os mencionados conceitos com a vivência acadêmica indígena. Por fim, arremata-se a discussão, sem pretensão de esgotar a temática. Nas considerações finais.

2. DOS CONCEITOS BASILARES

Compreendendo que os conceitos sustentam a produção científica e amplia a difusão do conhecimento, pauta-se nos seguintes conceitos basilares: etnogênese; processo de territorialização – desterritorialização- reterritorialização - TDR, considerando a amplitude da conceituação de território; e povos originários, como conceito transversal.

A etnogênese pode ser compreendida como o “surgimento recente de povos considerados originários” (Lifschitz, 2011, p. 83). Segundo Luciano (2006), é um fenômeno que vem ocorrendo desde a última década do século XX e que pode ser chamado de “reterritorialização”. Este autor explica que tal fenômeno decorre do fato de que os povos originários sofreram “[...] pressões políticas, econômicas e religiosas ou por terem sido despojados de suas terras e estigmatizados em função dos seus costumes tradicionais, foram forçados a esconder e a negar suas identidades tribais” (Luciano, 2006, p. 28). Neste sentido, a etnogênese eclode como uma estratégia de sobrevivência, reassunção e recriação das tradições, que ocorre “principalmente na região Nordeste e no sul da região Norte, precisamente no estado do Pará” (Luciano, 2006, p. 28), mas que pode ser percebida, cada vez mais, em outras partes do país.

Final da década de 1960 surge “um contexto de acirradas lutas etnopolíticas pela reversão da condição de caboclo a índio, isto é, pelo direito a uma condição identitária específica, não genérica, contexto este marcado pela reapropriação da memória” (Carvalho, 2012, p. 270). Segundo Gomes (2018, p. 199), “algo aconteceu a partir da década de 1980 quando essas comunidades levantaram a cabeça e partiram para a busca de reconhecimento por parte do estado brasileiro de sua indianidade”, principalmente no Nordeste, no centro-oeste e no Amazonas” (Gomes, 2018).

O fenômeno da etnogênese eclode porque a comunidade estava envolta, às vezes submetida, por várias razões. A primeira razão incide sobre comunidades que “tinham sido ensinadas a não dizer mais que eram indígenas” (Sztutman, 2008, p. 141). Essas comunidades calam a identidade e a etnicidade, escondem os laços de pertencimento. Impera o silêncio, mas o sentimento de pertencimento existe. A incidência é sobre o falar ou manifestar-se sobre a sua etnia. Assim como a comunidade, os indivíduos, ainda que vivendo em contexto urbano, e com ascendência indígena, foram impactados com a negação e silenciamento de seus pertencimentos étnicos. A segunda razão tem

por foco as comunidades que foram “ensinadas a dizer que não eram mais indígenas” (Sztutman, 2008, p. 141). Nessas comunidades houve a perda e a negação de identidade. Nesse contexto há a morte do pertencimento e da condição de ser étnico. A incidência é sobre o ser, extrapola o falar sobre si mesmo ou sobre o grupo. A percepção da etnogênese é o “sair da condição de sujeição a um Estado opressor, para deixar de sofrer a própria indianidade e passar a gozá-la” (Sztutman, 2008, p. 141). Pode-se entender a etnogênese como uma resposta ao “processo de desindianização levado a cabo pela catequização, pela missionarização, pela modernização, pela cidadanização” (Sztutman, 2008, p. 147), incluindo nessa enumeração de ações perversas: a dizimação, o etnocídio, o branqueamento e tantas outras práticas violentas, formais, governamentais ou de iniciativa privada. Vale lembrar que a etnogênese tem relações com processos territoriais, a exemplo da TDR, como se analisa na sequência.

Em relação ao processo de TDR, explicitam Mascarenhas, Silva e Xavier (2013, p. 15) que “[...] na tentativa de construção de seus territórios e para a manutenção dos mesmos”, os grupos sociais preenchem seus espaços “com sua territorialidade, ou seja, com suas características, suas ideias, suas mercadorias, suas tradições, suas histórias, suas culturas” (Mascarenhas; Silva; Xavier, 2013, p. 15), e acrescenta-se, os corpos étnicos, ou seja, os corpos-territórios (Costa, 2010).

De maneira sucinta apresenta-se um dos elos do processo TDR, a territorialização, com base em Deleuze e Guattari (1997), como uma expressão do território vinculada às funções deste, logo aquela “é o ato do ritmo tornado expressivo, ou componentes de meios tornados qualitativos” (Deleuze; Guattari, 1997, p. 388), por isso, “sem separar espaço e território” (Saquet; Sposito, 2008, p. 80). Neste sentido, a territorialização “é o estado fixo, aquele que foi fixado. É o que já foi desterritorializado ou reterritorializado. Ela é filha do movimento anterior, mas pode ser a todo tempo e de diversas maneiras movimentada, modificada, transplantada para uma nova condição” (Silva 2024, p. 82), sendo assim o registro do que foi movimentado, desterritorializado, é a pausa da viagem (Silva, 2024).

O segundo elo, apenas para fins didáticos da presente discussão, a desterritorialização sucede à territorialização. É o passar de um território a outro, de uma condição a outra, é mover-se, ser movido, removido ou demover-se de um estado de ser e ficar, para outro ou outros estados de imanência ou condições (Silva, 2024), e assim toca a etnicidade e se aninha à etnogênese. Pode ser entendida como pulsante e

como um movimento simultâneo. É a ponte móvel, ou seja, “o meio entre o que era (territorialização) e o que será (nova ou outra territorialização, ou reterritorialização). Ela é o sendo, o ocorrendo, o vivendo” (Silva, 2024, p. 85).

Em terceiro lugar, a reterritorialização faz surgir uma nova territorialização ou outra territorialização, sobre a constante mudança do tempo e do ser. Não é retorno ao mesmo território, pois esse é constantemente alterado pelas ações dos seres que com ele interagem, assim como, os seres, atores sociais, também, estão em constante mudança quanto a si mesmos e quanto à relação com os demais seres, sua percepção e atuação no território. A reterritorialização fecha um ciclo, um processo, mas não o conclui, pois a partir dela, outro processo de TDR se inicia (Silva, 2024). Por ser social, o território, existe pelos sujeitos que nele se movimentam, interagem, modificam-se.

Ressalta-se que a discussão incide, de forma mais diretiva, sobre os povos originários, portanto sua conceituação, ainda que breve, se faz necessária, como se verifica a seguir.

Opta-se por trabalhar o conceito de povos originários numa perspectiva transversal, refletindo “o caráter coletivo através dos marcadores ideológicos, históricos e semânticos, considerando os elementos de pertencimento, culturais e cosmovisionários das diversas etnias que habitam o Brasil” (Silva, 2024, p. 338).

Defende-se que os povos originários configuram um “coletivo de indivíduos que se reconhecem culturalmente, vivenciam território em comum, produzem de forma análoga quanto ao manejo dos recursos ambientais, apresentam cosmologia similar” (Silva, 2024, p. 339). Desta forma, tal conceito “agrega a variedade de grupos que se autodeterminam como guardiões da natureza e com ela vivem de forma harmônica, mas que não se furtam ao aprendizado de outras culturas” (Silva, 2024, p. 339).

Por fim, “são povos não dominantes na sociedade e que tem práticas atuais próximas das práticas ancestrais e com transmissão de saberes baseados também na tradição oral, porém não de forma exclusiva” (Silva, 2024, p. 339). E por assim serem, podem contribuir, sobremaneira, para a universidade.

Como anunciado, aprofunda-se os conceitos exposto acima, em face do corpo-território em vivência acadêmica indígena na próxima seção.

3. CORPO -TERRITÓRIO E VIVÊNCIA ACADÊMICA

Segundo Haesbaert (2020), o corpo-território é a unidade mínima de manifestação do ser, portanto, os discentes estão nas universidades com seus corpos étnicos, políticos e territoriais. Durante a vivência acadêmica pode acontecer que esses corpos sejam atravessados por desconstruções de ideias e ideais; sejam desterritorializados de afetos e de comunidades; sejam territorializados em outras formas de ser e estar no mundo. A provocação de Haesbaert (2020), baseada no trocadilho conceitual: “corpo-território” e “território-corpo” remete à universidade, aos sujeitos acadêmicos, aos conhecimentos e territórios existenciais, portanto, estar-se-á diante de uma temática perene, pois enquanto existir instituição de ensino superior, existirão corpos discentes, docentes e técnicos-administrativos em atuação territorial.

No mesmo raciocínio, Silva; Lago (2022, p. 1.035) explicita que “o território é o espaço construído e vivido, por seres corpóreos humanos”, portanto, indissociável, o corpo do território. Para essa autoria, “o espaço territorializa-se desde o corpo (forma mínima) até as formas mais abrangentes” (Silva; Lago, 2022, p.1.036), pois “desdobram-se assim desde os territórios do/no corpo, íntimo (a começar pelo ventre materno), até o que podemos denominar territórios-mundo, a Terra como pluriverso cultural-natural” (Haesbaert, 2020, p. 76). Avançando-se sobre o conceito corpo-território, pode-se afirmar, com base em Silva; Lago (2022), que o corpo se constitui como o primeiro território de dominação, de controle e de manifestação de poder.

Estudar o corpo-território conjugado com processos de Territorialização-desterritorialização- reterritorialização é admitir que “o corpo, enquanto território, sofre a imposição do poder no controle de seu tempo, de seus deslocamentos” (Silva; Lago, 2022, p. 1.038), particularmente “o modo como eles estão se movendo dentro dos espaços, infringindo possibilidades e impossibilidades de mobilização, determinando onde, quando eles podem se mover nos territórios que estão sob seu julgo” (Silva; Lago, 2022, p. 1. 038), repercutindo assim na dinâmica dos acadêmicos indígenas.

Em apertada síntese, “o corpo se constrói e se reconstrói, a partir de suas experiências de mundo, das práticas discursivas, envolvidos em um sistema culturalmente” (Silva; Lago, 2022, p. 1.039), ou seja, na perspectiva de Deleuze; Guattari (1995, 1997), os corpos desterritorizam-se, individual ou coletivamente, territorializam e / ou reterritorializam-se. Desta maneira, o corpo está, espacialmente, exposto e comunicante, através de suas trajetórias e de movimentos (Silva; Lago, 2022),

portanto, pensar os corpos é pensar os espaços, em que estes estão situados, como dimensão das práticas humanas (Sousa, 2009).

Em resumo, sendo o corpo a menor unidade territorial individual. É nele que se expressa a cultura, se produz o conhecimento, vinculando-se ao mesmo, os territórios universitários, culturais e identitários. Por isso, a permanência e a vivência acadêmicas de corpos-territórios nos territórios universitários, possibilitam a resistência de etnias.

Desta forma, o conceito de corpo-território, nessa produção científica, inaugura a discussão interseccional, pois “o corpo não pode ser tratado de modo neutro e universal, pois tem raça, sexualidade e gênero – além, é claro, de idade (faixa geracional) e classe socioeconômica” (Haesbaert, 2020, p. 77), acrescentando-se a religiosidade, a espiritualidade, a renda, o trabalho, a etnia, o parentesco (parentalidade), os conhecimento/saberes, os planos: individual e coletivo; urbano e rural; além da formação educacional.

Segundo Lago; Silva; Reis (2023, p. 599) “o espaço que um corpo ocupa nos diz muito sobre sua inserção, sua posição e pertencas sociais. E por outro lado, nos indica também, suas reivindicações, sua resistência e sua força”. Entende-se então, que a inclusão dos corpos-territórios nos espaços universitários fomenta discussões sobre a diversidade cultural étnica e seu acolhimento (Lago; Silva; Reis, 2023), por isso permanência e vivência são relevantes para a presente discussão.

Quanto à vivência acadêmica, adere-se às lições de Husserl (2013), de que o ser vivencia a consciência explícita de seu objeto, apesar de possuir uma, a consciência implícita, potencialmente (Abbagnano, 2007). Pode-se afirmar que “as coisas podem ser vivenciadas não só na percepção, mas também na recordação e nas representações afins à recordação” (Abbagnano, 2007, p. 659). Na perspectiva husserliana há o intercâmbio entre consciência – vivência – intencionalidade. Uma das características das vivências (*Erlebnisse*) é a intencionalidade, “porquanto todas as experiências, de uma forma ou de outra, têm intencionalidade” (Abbagnano, 2007, p. 577). Segundo Husserl (2013, p. 71), “a palavra ‘intencionalidade’ não significa, então, outra coisa senão esta propriedade universal e fundamental da consciência de ser consciência de qualquer coisa, de transportar em si”.

Outra ilação com as vivências é o tempo, pois “toda vivência efetiva é necessariamente algo que dura; e com essa duração insere-se em um infinito contínuo de durações” (Abbagnano, 2007, p. 947), formando uma corrente de vivências que

“tudo conserva e é uma espécie de eterno presente” (Abbagnano, 2007, p. 947), diferenciando da sobrevivência que está no passado. “A vivência perpassa tanto a sobrevivência com a convivência” (Silva, 2024, p. 191).

Abbagnano (2007, p. 1006) analisando as ideias de Dilthey (1944) diz que: “as vivências são as experiências viva ou vividas, que designam toda atitude ou expressão da consciência”. Assim, “a vivência é, antes de mais nada, a unidade estrutural entre formas de atitude e conteúdo. Minha atitude de observação, juntamente com sua relação com o objeto, é uma Vivência, assim como meu sentimento de alguma coisa” (Abbagnano, 2007, p. 1006), portanto a vivência é consciente de si mesma.

Referência vital é a base das vivências em Dilthey (1944). Ela é o “lócus a partir do qual o indivíduo percebe e se modifica por meio das pressões que o mundo externo exerce sobre ele” (Silva, 2009, p. 24), assim “[...] o indivíduo sente toda força de seus sentimentos oriundos de sua percepção dos fenômenos” (Silva, 2009, p. 24). Vivência em Dilthey (1944) é uma “atitude cognitiva que busca nas experiências vividas do passado um sentido na constante orientação no tempo. Um ato cognitivo que liga vivência rememorada com vivência do presente” (Dilthey, 1944, p. 54), mas, acima de tudo, a vivência trata “de ligar aos objetos dados à percepção no presente a partir de outras percepções que ao serem congregadas dão a visão de um todo de sentido da existência” (Dilthey, 1944, p. 54).

Associando-se à discussão geral, porém verticalizando sobre a permanência acadêmica, traz-se o conceito em Silva (2024, p. 192) de vivência acadêmica como “o ato intencional, dentro de uma temporalidade, que agrega conhecimento e consciência”, portanto, ela “acontece em decorrência da decisão de ingresso na educação superior (intencionalidade) durante o curso (temporalidade), selecionando conhecimentos de forma consciente para a utilização na vida profissional” (Silva, 2024, p. 192).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo o exposto, mas longe de esgotar a temática, constatou que a revisão de literatura viabilizou a escrita fundamentada desse artigo.

Percebeu-se que a Educação Superior Indígena - ESI é uma expressão, incontestemente dos corpos-étnicos no espaço acadêmico, especificamente, corpos indígenas. Em relação à presença dos povos originários no espaço acadêmico, observam-se três momentos distintos: acesso, permanência e vivência. Os avanços em relação ao acesso

estão atestados pela luta do Movimento Indígena; pelo Programa de Licenciatura Intercultural Indígena - PROLIND; pela Lei Nº 12.711 de 2012, para reserva de vagas nas instituições federais de ensino superior. A permanência encontra-se ancorada na política de assistência estudantil e em iniciativas institucionais.

Advoga-se que a vivência, devido a seu caráter mais dinâmico e subjetivo, necessita de mais estudo e proposições que contribuam para sua efetivação. Nesse contexto que engloba à ESI e aos povos originários, o conceito da seara da territorialidade: corpo-território.

Salienta-se que o contexto urbano, em decorrência, às vezes, da etnogênese, é um elemento associado à ESI, pois a permanência/ vivência acadêmica é intrínseca aos centros urbanos. É notório que muitos destes centros estão distantes das comunidades originárias rurais ou de cidades interioranas, porém “viver na cidade não significa rejeitar a vida comunitária da aldeia.

Verificou-se que a “urbanização indígena” encontra-se lastreada em dados demográficos atuais (IBGE, 2022) que confirmam uma espécie de “êxodo rural indígena”. Tem-se então, corpos movendo os territórios e entre os territórios. Todo esse processo migratório indígena desembocou na crescente autoidentificação como indígenas.

Por derradeiro, a universidade ao abrigar corpos-territórios indígena é desafiada a contribuir para uma vivência acadêmica digna, efetiva e socialmente gratificante, para além de formativa.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicolla. **Dicionário de Filosofia**. Martins Claret: São Paulo, 2007.

AGUILERA URQUIZA, A. H; NASCIMENTO, Adir Casaro; BRAND, Antonio J. Relações interétnica e educação indígena: o programa Rede de saberes em Mato do Sul. In: MONTEIRO, Aloisio; SISS, Ahyas (orgs.). **Negros, Indígenas e Educação Superior**. Rio de Janeiro: Quartet; EDUR, 2010.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; NABARRO, Edilson; BENITES, Andreia. **Estudantes indígenas no ensino superior**: uma abordagem a partir da experiência na UFRGS / Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Comissão de Acompanhamento dos Alunos do Programa de Ações Afirmativas. Comissão de Acesso e Permanência do Estudante Indígena. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

BORGES, Jacqueline Florindo; BUENO, Janaína Maria; DOMINGUES, Carlos Roberto; ENOQUE, Alessandro Gomes; BORGES, Alex Fernando. **Manual do**

Pesquisador: Métodos e técnicas de pesquisa qualitativa.2025. Disponível em https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/relatorio/relatorio_276.pdf. Acesso em 04/08/2025.

CARVALHO, Maria Rosário G. de. Os índios pedem passagem. **Multiculturalismo, Artigos**, 2000, p. 29 -31. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v59n2/a14v59n2.pdf>. Acesso em: 10 nov.2022.

COSTA, Rogério Haesbaert da. **O mito da desterritorialização:** do " fim dos territórios" à multiterritorialidade. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs:** capitalismo e esquizofrenia. Vol.2. São Paulo, Ed. 34, 1995.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O Anti-Édipo:** capitalismo e esquizofrenia 1. Tradução de Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Editora. 34, 2010. (Coleção TRANS).

DIAS, Pâmela. A universidade não nos comporta', diz Daniel Munduruku sobre desafios culturais dos povos indígenas. Rio de Janeiro: **Extra Globo**, 2023. Disponível em: <https://extra.globo.com/brasil/educacao/educacao-360/noticia/2023/06/a-universidade-nao-nos-comporta-diz-daniel-munduruku-sobre-desafios-culturais-dos-povos-indigenas.ghtml>. Acesso em: 23 jun., 2023.

DILTHEY, Wilhelm. **El Mundo Histórico.** Tradução de ÍMAZ, Eugenio. México: Fondo de Cultura Económica, 1944.

GOMES, Mércio Pereira. **Os índios e o Brasil:** passado, presente e futuro. São Paulo: Contexto, 2018.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. Micropolítica: **Cartografias do Desejo.** 4. ed. Edição. Editora Vozes: Petrópolis, 1996.

HAESBAERT, Rogério. Do Corpo-Território ao Território-Corpo (Da Terra): Contribuições Decoloniais. In: **GEOgraphia**, vol: 22, n.48, 2020. Niterói, Universidade Federal Fluminense. ISSN 15177793 (eletrônico) p. 75. Disponível e; <https://periodicos.uff.br/geographia/article/download/43100/24532/144946>. Acesso em 12/02/2024.

HUSSERL, Edmund. Investigações Lógicas. Sexta Investigação. Tradução de Želiko Loparié e Andréa Maria Altino de Campos Loparié. In: **Coleção Os Pensadores** XLI. São Paulo: Abril Cultural/Victor Civita, 1975. Obra original Logische Untersuchungen.

HUSSERL, Edmund. **Meditações cartesianas e Conferências de Paris:** de acordo com o texto de Husserliana 1/ Edmund Husserl. Editado por Stephan Strasser. Tradução Pedro M. S. Alves. Rio de Janeiro: Forense, 2013. Disponível em <https://cful.letras.ulisboa.pt/hphil/wp-content/uploads/sites/2/2021/02/Edmund-Husserl-Meditacoes-Cartesianas-e-Conferencias-de-Paris-Forense-2013.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2024.

IBGE. **Censo Demográfico de 2022.** 2022. Disponível em <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 8 ago. 2023.

LAGO, Suely Bonfim; SILVA, Joelma Boaventura da; REIS, L. R Espaço, corpo e território: a interculturalidade na Universidade. In: **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.9, n.1, p. 594-608, jan., 2023.

LIFSCHITZ, Javier Alejandro. **Comunidades Tradicionais e Neocomunidades**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

LUCIANO, Gersem dos Santos. O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. In: **Coleção Educação para Todos**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. (Série Vias dos Saberes). Disponível em: [https://unesdoc.unesco.org/O Índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje - UNESCO Digital Library](https://unesdoc.unesco.org/O%20Indio%20brasileiro%3A%20o%20que%20você%20precisa%20saber%20sobre%20os%20povos%20indígenas%20no%20Brasil%20de%20hoje%20-%20UNESCO%20Digital%20Library). Acesso em: 29 ago. 2023.

MASCARENHAS, Gilmar; SILVA, Daniella Pereira de Souza; XAVIER, Luiz Guilherme de Souza. **Fundamentos Geográficos do Turismo**. v. 3, Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2013.

SAMPAIO, Osias. A universidade como área de influência: o olhar de um guarani sobre sua trajetória acadêmica. In: NOVAK et al. (orgs). **Educação Superior Indígena no Paraná**. Maringá: EDUEM, 2010.

SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

SILVA, A. H. L. d. Terra, Tradição e Etnia: as Estratégias de Resistência dos Geripankó. In: ALMEIDA, L. S. d.; SILVA, A. H. L. da. **Índios de Alagoas**: cotidiano, terra e poder. Maceió: EDUFAL, 2009, pp. 33-58.

SILVA, Joelma Boaventura da; LAGO, Suely Bonfim Multicampia Universitária: Conceitos de Território e Corpo In: Congresso Nacional Multidisciplinar em Ciência, 2022, Florianópolis. In: **Anais do Congresso Nacional Multidisciplinar em Ciência**. Florianópolis: Instituto Scientia, 2022. v.1.p.1033 – 1034. Disponível em <https://institutoscientia.com/wp-content/uploads/2022/03/Comciencia-Anais.pdf>

SILVA, Joelma Boaventura da Povos originários em Universidade *Multicampi* [Recursos Eletrônico]: vivências acadêmicas e processos de reterritorialização. Dados Eletrônicos, 2024. Orientadora: Profª Drª. Natália Silva Coimbra de Sá. Coorientador: Profº Dr. Antônio Hilário Aguilera Urquiza. **Tese** (Doutorado em Difusão do Conhecimento) - Programa de Pós- Graduação Multi-Institucional em Difusão do Conhecimento, Salvador, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/40440>.

SOUSA, Patrício Pereira. Ensaio a corporeidade: corpo e espaço como fundamentos da identidade. In: **Geografares**, n. 7, 2009.

SZTUTMAN, Renato. Eduardo Viveiros de Castro. **Coleção Encontros**. Azougue Editorial: Rio de Janeiro, 2008.